

CONTRIBUIÇÕES DOS PROJETOS DE EXTENSÃO NA AÇÃO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS

Luciano Feliciano de Lima¹

RESUMO

A temática envolvendo a pedagogia universitária vem se constituindo num campo epistemológico profícuo envolvendo a urgência da qualificação do trabalho docente no âmbito universitário. Este artigo trata acerca de concepções de projetos de extensão e na maneira que essas ações se desenvolvem em uma instituição de ensino superior pública, do interior do estado de São Paulo. Objetiva-se entender o papel da extensão correlacionado ao ensino e a pesquisa por meio dos seus projetos e programas extensionistas. Os sujeitos da pesquisa foram seis professores coordenadores dos projetos de extensão estudados para essa pesquisa, três deles são integrantes do Instituto de Biociências (IB), dois do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), ambos institutos da Unesp campus Rio Claro e um professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). O quadro 1 apresenta algumas informações referentes a esses professores. Nessa pesquisa realizou-se uma análise qualitativa dos depoimentos dos professores coordenadores dos projetos aqui selecionados, visando refletir sobre a concepção e as diferentes perspectivas dos projetos de extensão na formação de professores. Os trabalhos selecionados contemplavam, basicamente, dois critérios: ações voltadas à formação de professores e que contemplassem um grande número de pessoas envolvidas. Entende-se que esse trabalho contribui com reflexões sobre a ação do professor universitário em relação à necessidade de aproximação entre ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável.

Palavras-chave: Contexto Universitário, Extensão Universitária, Formação de Professores, Indissociabilidade.

CONTRIBUTIONS OF EXTENSION PROJECTS IN THE PROFESSIONAL ACTION OF UNIVERSITY TEACHERS

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Docente da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: 7lucianolima@gmail.com.

ABSTRACT

The issue involving the university pedagogy is becoming an epistemological fruitful field involving the urgency of the qualification of teaching in universities. This article is about extension project concepts and the way that these actions are developed in a public higher education institution in the state of São Paulo. The objective is to understand the role of extension correlated to teaching and research through its projects and extension programs. The subjects were six head teachers of extension projects studied for this research, three of them are members of the Institute of Biosciences (IB), two of the Institute of Geosciences and Exact Sciences (IGCE), both institutes of Unesp Rio Claro campus and professor Luiz de Queiroz College of Agriculture (ESALQ / USP). Table 1 sets forth certain information relating to these teachers. In this research we carried out a qualitative analysis of the reports of the coordinators of projects selected teachers here, aiming to reflect on the design and the different perspectives of extension projects in teacher training. Selected works contemplated basically two criteria: actions aimed at training of teachers and that addressed a large number of people involved. It is understood that this work contributes to reflections on the action of a university professor about the need of bringing together teaching, research and extension inseparably.

Keywords: inseparability, teacher training, university contexto, university extension.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou refletir sobre as concepções e práticas de extensão universitária, de professores coordenadores dessa ação acadêmica em projetos desenvolvidos na UNESP - Campus Rio Claro e na ESALQ/USP.

Para isso, foi necessário conhecer e estudar propostas contidas nos projetos de extensão das instituições citadas, refletindo sobre concepção de extensão, intervenções junto à sociedade e suas implicações para o ensino e para a pesquisa. Buscando entender como essas ações de extensão contribuem com a formação continuada dos professores que as realizam, ou seja, se por meio delas ocorrem ressignificações de seus aportes teórico-práticos. E, se há, por parte dos desenvolvedores das ações estudadas, reflexões sobre possibilidades para a resolução dos problemas enfrentados por eles ao realizarem essas ações.

Esse trabalho justifica-se pela frequente falta de apoio aos projetos de extensão no âmbito universitário. Na universidade, a aqui nos detemos a tratar das instituições públicas de ensino superior, parece haver um consenso ao se valorizar primeiramente a pesquisa, depois vem o ensino e, em último lugar, está colocada a extensão. Essa ordem, pesquisa-ensino-extensão, tende a ser uma unanimidade no meio acadêmico. Contudo, uma das funções da universidade, para além da produção do conhecimento, é torna-lo acessível. É importante ressaltar que essa produção não pode estar restrita às intelectualidades, que se consideram superiores por meio de seus títulos, mas precisa acontecer por meio de um diálogo com outros setores da sociedade, valorizando também os saberes socioculturais de grupos não pertencentes à universidade. Por meio da ação extensionistas esses grupos podem ser ouvidos e podem contribuir com a produção de conhecimentos teórico-práticos que derivem outras formas de ensino e de pesquisa. Por isso, concordamos com Valêncio (2005, p. 48) ao afirmar “se o que confere sentido na pesquisa e no ensino superior é sua relação com o outro, a extensão não pode ser entendida como um atributo autônomo em relação a ambos, mas uma decorrência da competente realização de ambos”.

Esta preocupação nos motivou a considerar a problemática da extensão universitária e sua contribuição na atividade profissional de professores universitários.

CAMINHO METODOLÓGICO PERCORRIDO

Nessa pesquisa realizou-se uma análise qualitativa dos depoimentos dos professores coordenadores dos projetos aqui selecionados, visando refletir sobre a concepção e as diferentes perspectivas dos projetos de extensão na formação de professores. Os trabalhos selecionados contemplavam, basicamente, dois critérios: ações voltadas à formação de professores e que contemplassem um grande número de pessoas envolvidas.

Os sujeitos da pesquisa foram seis professores coordenadores dos projetos de extensão estudados para essa pesquisa, três deles são integrantes do Instituto de Biociências (IB), dois do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), ambos institutos da Unesp campus Rio Claro e um professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). O quadro 1 apresenta algumas informações referentes a esses professores.

Quadro 1 – Dados gerais sobre os professores entrevistados.

Professores	Tempo de magistério	Formação	Tempo, em anos, que desenvolve o projeto
A	30	Física	05
B	32	Física	05
C	21	Matemática	07
D	10	Ciências da Educação	04
E	19	Pedagogia	14
F	17	Agronomia	08

Fonte: Elaborado pelo primeiro autor do presente artigo.

Os participantes da pesquisa foram denominados pelas letras A, B, C, D, E e F com o intuito de garantir o sigilo dos mesmos. Inicialmente solicitou-se que os sujeitos respondessem a um questionário a fim de entender como: a) a concepção de extensão universitária; b) as ações extensionistas contribuem com suas outras atividades profissionais; c) consideram a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no ensino superior; d) enfrentam os desafios/dificuldades para o desenvolvimento de atividades extensionistas.

Em um segundo momento, realizamos entrevistas semiestruturadas, entendendo que, por meio desse instrumento, seria possível elaborar compreensões a partir do relato das experiências dos professores coordenadores de ações extensionistas visando conhecer: i) cada projeto com suas particularidades, potencialidades e dificuldades; ii) as formas como os professores realizam suas ações; iii) aquilo que consideram como trabalho bem ou mal sucedido na formação de professores.

As entrevistas, que tiveram, em média, tiveram a duração de uma hora, foram agendadas com antecedência com os participantes e registradas por meio de gravação em áudio. Durante cada entrevista também eram anotadas, em um caderno, ideias chave que contribuíssem para a compreensão sobre os itens enunciados nos dois parágrafos anteriores. Posteriormente, cada entrevista foi transcrita para facilitar o processo de análise com leitura e releitura do material a fim de destacar elementos que caracterizavam as compreensões dos professores sobre a ação extensionista.

AS AÇÕES ACADÊMICAS E A QUESTÃO DA INDISSOCIABILIDADE

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 207, ao se referir às instituições de ensino superior, dispõe que estas deverão obedecer “ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Essas ações podem ser entendidas como eixos que fundamentam a universidade brasileira, contudo não há um consenso sobre uma maneira de se instituir essas práticas de forma indissociável. Contudo, a questão de um trabalho indissociável entre ensino-pesquisa-extensão gera conflitos dentro da universidade. Por exemplo, uma questão inicial seria: de que forma fazer isso?

Refletindo sobre essa indissociabilidade Rays (2003) entende que promovê-la indissociabilidade implicaria em um rompimento com a cultura dissociativa intrínseca aos currículos universitários o que demandaria outra forma de organização centrada em valores igualitários do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse cenário, essas práticas acadêmicas teriam a mesma importância e, essa unidade, contribuiria com a formação de profissionais com nível superior. Nesse sentido, Mazzili (1996) defende a ideia de uma universidade contribuindo com seu papel social ao promover extensão, ensino e pesquisa com vistas a promover qualidade de vida das pessoas por meio da produção e difusão de conhecimento científico, tecnológico, social e cultural. E Santos (2005) acrescenta que ensino, pesquisa e extensão devem ocorrer de forma conjunta, pois a retirada de uma dessas ações descaracterizaria a universidade como uma instituição formadora.

Ao refletir sobre o que pode implicar em uma dissociação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, Oliveira (2010) considera alguns fatores como, por exemplo: estrutura departamental favorecendo o desenvolvimento de ações individuais isoladas; programas de pós-graduação mais interessados na produção de conhecimentos por meio da pesquisa; processos de avaliação e planos de carreira docentes que desvalorizam ações extensionistas; a não disponibilização de dotação orçamentária voltada para projetos de extensão universitária; sucateamento que vem sofrendo a educação superior pública, a desvalorização docente, a precarização do trabalho docente dentre outros.

Também se debruçando sobre esse processo Cunha (2010) elege quatro dimensões para discutir como o princípio da indissociabilidade é entendido no meio acadêmico, quais sejam: a) visão epistemológica e as capacidades acadêmicas; b) visão institucional e distribuição do conhecimento; c) visão metodológica nas formas de produção do conhecimento; d) visão política e de impacto social.

Para Cunha (2010), a ‘visão epistemológica e as capacidades acadêmicas’ pauta-se na compreensão da pesquisa como ação fundamental de uma universidade, contribuindo com o desenvolvimento do conhecimento científico de alunos e professores condição intrínseca ao intelectual. Nessa concepção a pesquisa se apresenta em constante reformulação, possibilitando ao envolvidos nessa ação acadêmica uma postura investigativa, reforçada pela perspectiva de que o conhecimento é provisório, ou seja, está em constante movimento. A tríade ensino-pesquisa-extensão, com essa visão, é substituída por uma articulação dual entre ensino e pesquisa, ao deixar de lado a extensão, como afirmam Moita e Andrade (2009) pode-se perder a compreensão ética, política e social conferida ao destinatário final desse saber científico, a sociedade.

A ‘visão institucional e distribuição do conhecimento’, segundo Cunha (2010) implicaria no desenvolvimento de cada uma das funções da universidade, mesmo que separadamente. Embora possa avançar na disseminação dos resultados de pesquisa, ampliando seu acesso, não mostra uma interlocução entre o ensino, a extensão e a pesquisa uma vez que há uma demarcação/territorialização para cada uma dessas funções.

Na ‘visão metodológica nas formas de produção do conhecimento’ Cunha (2010) coloca quem considera a pesquisa como um princípio metodológico, assim, pesquisar seria abordar o objeto, buscando conhecê-lo. Tal conhecimento seria estimulado/viabilizado por meio da relação ensino/aprendizagem, contudo parece não haver uma preocupação em situar a pesquisa ao contexto do aprendiz. Sendo assim, a extensão não seria contemplada como forma de produção de conhecimento e, mais uma vez, não se leva em conta o princípio da indissociabilidade.

Outra dimensão, considerada por Cunha (2010), é a ‘visão política e de impacto social’. Nessa visão o entendimento da indissociabilidade está fortemente relacionado à esperança da superação das desigualdades sociais em que a universidade distribuiria bens culturais e contribuiria com a construção de uma sociedade mais justa. Para essa efetivação dessa concepção há a necessidade de “uma virada epistemológica e política que daria à extensão um papel de destaque e centralidade na organização e distribuição do conhecimento acadêmico” (CUNHA, 2010, p. 9).

A partir dessa última dimensão Cunha (2010) trás para o diálogo Sousa Santos (2010) que reforça a necessidade de alternativas para as funções acadêmicas “que apontem para a democratização do bem público universitário, ou seja, para o contributo

específico da universidade na definição e solução coletivas dos problemas sociais, nacionais e globais” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 62).

Nessa perspectiva, busca-se uma retomada de legitimidade da universidade com um aumento das relações com outros setores da sociedade por meio de: democratização do acesso; pesquisa-ação; ecologia de saberes, ou seja, um reconhecimento de pluralidade de saberes e da importância destes para a realização de ações emancipatórias; estreitamento de relações entre universidade e escola pública. Dessa maneira, ações extensionistas podem assumir um papel significativo nos currículos e nas carreiras de docentes. Conferindo às instituições de ensino superior “uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural” (SOUSA SANTOS, 2010, p. 73).

A necessidade de outra forma de posicionamento da universidade em relação à sua função, segundo Sousa Santos (2010), deriva de crises identitárias como a: de detentora da produção de conhecimento pela pesquisa, envolvendo sua legitimidade; da necessidade de responder às exigências sociais e políticas, envolvendo questões políticas de acesso e de equidade; crise institucional, como em um cabo de guerra, de um lado há a busca por autonomia na definição de valores da universidade e de outro há uma pressão crescente para submetê-la aos critérios de eficácia e de produtividade.

Nesse processo a profissão docente não está isenta, ela é atingida por forças que privilegiam um isolamento, ou seja, que favorecem o desenvolvimento de projetos individuais em detrimento das demandas coletivas. Não raro, financiam-se pesquisas com intensões de aproximar o ambiente acadêmico do mundo empresarial, tornando mais distante a preocupação com a qualificação de profissionais cidadãos interessados em questões sociais. Quando, na universidade, se considera e se valoriza a premissa “de que o trabalho docente é fundamentalmente identificado com a atividade de pesquisa, sendo essa sua principal fonte de prestígio acadêmico e também de valorização profissional” (BAZZO, 2007, p. 198), o ensino e a extensão geralmente são depreciados.

Entendemos com Sousa Santos (2010) que essa indissociabilidade contribui para uma inserção da universidade em outros setores da sociedade, assim como para a inserção destes na universidade.

Como defende Freire (2011), a extensão universitária pode ser um caminho para a comunicação da universidade com outros setores da sociedade para uma

produção de conhecimentos que valoriza formas diferentes de saberes. Nesse sentido, a extensão viabilizaria a pesquisa e o ensino promovendo uma universidade preocupada desenvolve suas três funções de forma indissociável. Considerando essa potencialidade da extensão universitária abordaremos, no próximo item, sobre essa ação.

CONCEPÇÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES DOS PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A efetivação da extensão universitária como uma prática acadêmica ocorre a partir de pressões sociais, internas e externas, por uma universidade com maior engajamento social. Por exemplo, na Argentina, em 1918, o Manifesto de Córdoba é considerado o primeiro grande marco do movimento estudantil na luta por uma universidade popular. Esse marco influenciou estudantes brasileiros a se posicionarem na defesa pela democratização da universidade com a gratuidade do ensino, a periodicidade da cátedra; a reorganização acadêmica em seus métodos, conteúdos e técnicas; uma melhor qualificação dos docentes; um processo democrático de ingresso do estudante na universidade e uma articulação orgânica entre o nível superior e o sistema de educação regional. Nesse cenário, a extensão universitária é entendida como viabilizadora da projeção da cultura universitária ao povo e, por meio dela, se daria maior atenção aos problemas nacionais. (Sousa, 2010).

A extensão universitária, em universidades latino-americanas, passa a ser compreendida como uma forma de aproximar a universidade de outros setores da sociedade. Entendendo-se que, com ela, seria possível contribuir com outros olhares aos anseios de uma sociedade estratificada com fortes desigualdades sociais. Espera-se que a universidade pública também assuma sua responsabilidade com o desenvolvimento social, visando à produção de conhecimentos voltados para a diminuição de mazelas enfrentadas por grande parte da população. Assim, a extensão traz consigo uma epistemologia que valoriza também os saberes, políticos e culturais, de outros setores da sociedade como forma de produzir conhecimentos.

A busca pela consolidação da extensão como uma ação da universidade ganha maior visibilidade a partir de sua incorporação na Constituição Federativa do Brasil em 1988, pois na reforma universitária proposta em 1968 ela não foi considerada como elemento fundamental, havendo ênfase no desenvolvimento do ensino e da pesquisa. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 também reforça a

importância da extensão ao coloca-la, junto com o ensino e a pesquisa, como funções indissociáveis da universidade.

Oliveira (2010) considera que a extensão tem enfrentado uma resistência, e que o não desenvolvimento da mesma, geralmente, é justificado pelos professores, pela ausência de condições para produzir conhecimentos por meio dessa prática. A pouca compreensão do que vem a ser extensão universitária é outro fator que colabora para que ela não seja efetivada.

Essa falta de definição da extensão universitária tem derivado estudos que visam compreender como a mesma tem sido desenvolvida. Por exemplo, Jezine (2004) a classifica por meio de três concepções: assistencialista, acadêmica e mercantilista. Entendendo que elas expressam diferentes perspectivas ideológicas de universidade, de extensão e, conseqüentemente, das relações destas com outros setores da sociedade.

Segundo Jezine (2004) a concepção assistencialista está presente desde a origem da extensão, ela pode ser considerada dessa forma porque suas ações assemelham-se com a prestação de serviços. Nesse sentido, substituiriam funções governamentais, entendidas como obrigação do Estado, visando resolver problemas sociais de forma paliativa e unilateral. Tal compromisso com o social seria traduzido por meio do oferecimento de cursos práticos, conferências, serviços técnicos e assistenciais derivados do atendimento de necessidades sociais emergentes. O que pode ser considerado negativamente não é o fato dessa oferta, por parte da universidade, mas a ausência de reflexão, com a comunidade como um todo, sobre os fatores que provocam as desigualdades sociais e falta de um empenho conjunto em buscar soluções aos problemas enfrentados. Pelo contrário, a universidade chega à comunidade como detentora do conhecimento, dotada de soluções para os problemas que ela, e somente ela, é capaz de identificar e resolver.

Esse modelo assistencialista é criticado dentro da universidade e a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEX), na década de 1980, contribui para se refletir sobre a concepção de extensão. Jezine (2004) classifica esse movimento por concepção acadêmica. Tal concepção contribui com outros olhares para a relação teoria/prática, visando uma relação dialógica entre universidade e outros setores da sociedade com a finalidade de superar a visão assistencialista/prestadora de serviços. Nessa perspectiva a extensão teria o mesmo peso que pesquisa e ensino na estrutura universitária, fazendo parte do processo de formação e produção de conhecimento. E a indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa

poderia contribuir para a alteração da estrutura rígida dos cursos para uma flexibilidade curricular que possibilitasse uma formação crítica.

A concepção mercantilista da extensão é compreendida por Jezine (2004) com uma universidade inserida em um contexto de políticas de favorecimento para a abertura de mercado, da livre concorrência, do lucro para o capital privado em detrimento de políticas de cunho social. Reflexos desse sistema influenciam a concepção de extensão implicando em menor atenção à relação teoria-prática, aos três eixos universitários e à comunidade externa. Nesse sentido, públicos menos favorecidos deixam de ser contemplados pela extensão e todos devem ser considerados como consumidores quando se estreitam as relações de parcerias da universidade com empresas privadas. O produto da universidade transforma-se em mercadoria a ser comercializada e a extensão passa a ser um dos principais canais de divulgação e articulação comercial. Essa face mercantilista da extensão universitária traz consigo um caráter privatizador à universidade, pois a lógica do mercado pode ditar formas para a produção e para a difusão do conhecimento mesmo em instituições públicas. Ela lógica de mercado descaracterizaria a identidade da universidade pública por meio de parcerias público-privadas em que os projetos passam a ser classificados como rentáveis, ou não. Lembrando que as empresas financiam projetos que podem lhes dar lucro.

Em um exercício para caracterizar a extensão Rodrigues (1999) também considera três concepções para essa função acadêmica, denominando-as como: tradicional/funcionalista, processual e crítica. Na concepção tradicional, ou funcionalista, há uma fragmentação entre ensino, pesquisa e extensão que ocorrem de maneira independente uma das outras. Nessa vertente há pouco diálogo entre universidade e outros setores da população e os projetos extensionistas geralmente são de cunho assistencialista. A universidade estende/leva seu conhecimento à sociedade por meio de ações que não contribuem para se repensar a formação dos graduandos, o papel da universidade porque não se estabelece uma abertura para os saberes da comunidade considerada extra-muros.

Na concepção processual, segundo Rodrigues (1999) há uma reação à visão fragmentada das funções acadêmicas e a extensão articula-se, por meio da lei, com o ensino e a pesquisa. Há maior abertura para um diálogo entre universidade e outros setores da sociedade. E, embora haja uma estrutura como pró-reitoria de extensão, coordenação e verbas específicas para promover uma equivalência à pesquisa e ao ensino, esses três eixos permanecem bem delimitados com pouca articulação entre si. A

concepção crítica, de acordo com Rodrigues (1999), compreende a extensão mais que a terça parte de um eixo que deve ser indissociável. Ela está intrinsecamente ligada ao ensino e à pesquisa e efetiva-se por meio dessas ações. Considera-se que extensão, ensino e pesquisa não estão separados, ou seja, que se realizam simultaneamente, nos mesmos espaços. Nessa concepção não se diferencia funções específicas, tudo é ensino, pesquisa e extensão, elas se mostram unificadas, assim o conhecimento ao mesmo tempo em que é produzido, contribui para a formação de profissionais e é compartilhado com para outros setores da sociedade. Setores que por meio do diálogo, estabelecido com a academia, contribuem para a elaboração desse conhecimento.

Cabe destacar que a universidade é uma instituição produtora de conhecimentos para todos e com todos. Torna-se fundamental, nesse momento, formulações de abordagens teóricas que valorizem a extensão como forma de se produzir conhecimentos com outros setores da sociedade, inclusive com os menos favorecidos reforçando suas dimensões políticas e sociais.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA DINÂMICA FORMATIVA DA AÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Visando refletir sobre a extensão universitária contribuindo com a reflexão do professor universitário para sua formação, constatou-se necessário questionar, inicialmente, como os participantes da presente pesquisa compreendiam essa ação. Afinal, o que nos impulsiona para o estudo dessa temática é a consideração de que tal prática acadêmica contribui para a produção de conhecimentos, e nos interessa saber, como os coordenadores dos projetos a entendem. Para isso, solicitou-se, nas entrevistas, que os mesmos explicassem-na.

Os professores A e D, ao dizerem o que compreendem por extensão universitária, definem-na como um meio de disseminação do conhecimento produzido dentro da universidade. Para o professor A, a extensão, representa “qualquer atividade cujo propósito seja levar, extramuros, aquilo que se faz na universidade em forma de pesquisa e ensino”. No mesmo sentido, o professor D considera como extensão “todas aquelas ações que surgem a partir da universidade e que tem implicação na sociedade”.

Entender a extensão universitária como uma forma de estender os conhecimentos de quem sabe, os acadêmicos, àqueles que não sabem, ou quem está fora dos muros da academia, como uma forma de superioridade. Essa superioridade se

caracteriza pela ideia de que há um sujeito do conhecimento, o acadêmico, e ele transmite esse conhecimento aos que considera como recipientes a serem preenchidos com um saber que considera ser útil aos outros. Nesse sentido, Freire (2011) considera que há uma invasão cultural, pois se leva um conteúdo ao outro, conteúdo impregnado exclusivamente com a visão de mundo dos que estão dentro dos muros. Tal visão não poderia ser questionada porque superpõe à daqueles que passivamente devem recebê-las.

Quando a ação extensionista é considerada como uma forma de levar o conhecimento, produzido dentro da universidade a outros setores da sociedade, dificilmente haverá um compartilhamento de saberes visando a produção de novos conhecimentos. O professor D reforça essa ideia quando coloca como extensão “todas aquelas ações que surgem a partir da universidade e que tem implicação na sociedade”. Pode-se deduzir, com essa afirmação, um entendimento da universidade como responsável para identificar possíveis problemas sociais e realizar ações que os minimizem, ou até, solucionem-nos. Assumir essa ideia, além de dificultar o diálogo entre universidade e outros setores da sociedade, poderia colocar, para a academia, a responsabilidade de resolver problemas sociais. A ideia de propagar os conhecimentos acadêmicos como forma de garantir um benefício específico é colocada no Decreto-Lei n.º 19.851 de 1931 (BRASIL, 1931), estabelecendo, em seu artigo 42 que:

A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizadas pelos diversos institutos da Universidade.
Parágrafo primeiro. Os cursos e conferências de que trata esse artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimentos úteis, ajuda individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias e princípios que salvaguem os altos interesses nacionais.

Percebe-se na fala do professor D, em determinada medida, um compromisso com o que estabelecia o Decreto-lei ora citado, porque se pode entender as implicações na sociedade, destacadas em seu entendimento de extensão, como uma forma de solucionar os problemas sociais ou de propagação de ideias.

A compreensão da extensão como forma de propagar o conhecimento acadêmico, elaborado no interior da universidade por meio da pesquisa, e transmitido aos alunos por meio do ensino propagando-o, pode implicar em um entendimento de separação entre as ações ensino, pesquisa e extensão. A fala do professor B, embora

considere atividades extensionistas como forma de contribuir com o desenvolvimento profissional dos alunos e para a comunidade externa, considera que “o que não é pesquisa e nem ensino é extensão”. Nessa assertiva compreende-se uma visão não interligada das ações universitárias, reforçando a visão institucional de distribuição do conhecimento, como destacada por Cunha (2010), onde o que interessa é cumprir as três funções, mesmo que separadamente. A universidade tenta compartilhar o resultado das pesquisas feitas intramuros com a comunidade ao seu redor, mas o que parece acontecer, de acordo com as falas desses professores, são projetos extensionistas criados por iniciativa de docentes de forma isolada. Distancia-se a extensão das outras ações internas, ensino e pesquisa, assim como dificultam um contato externo com outros setores da sociedade.

A extensão como difusora de conhecimentos é criticada por Jezine (2004) porque, dessa forma, ela pode ser considerada como prestação de serviços. Assim, para atender às novas exigências da sociedade globalizada, acentua-se a dimensão exterior à universidade, bem como os aspectos econômicos e de parcerias de caráter público-privado. O produto da universidade transforma-se em mercadoria a ser comercializada e a extensão passa a ser um dos principais canais de divulgação e articulação comercial, similar a uma nova estratégia de marketing.

O professor E destaca uma concepção de extensão “indo além do formal, como uma oportunidade privilegiada para se fazer o exercício de relacionar ensino e extensão. A extensão fomenta e forma algumas novas concepções de ensino e aprendizagem”. Nessa fala, embora se entenda a extensão como viabilizadora de reflexões acerca do ensino, podendo promover elaborações de outras abordagens para essa prática, não aponta como a pesquisa pode se inserir nesse processo e, dessa forma, contribuir para que ocorram transformações na estrutura de uma universidade que dissocia a extensão e o ensino da pesquisa.

Por outro lado há os professores que consideram as ações universitárias de forma articulada, aproximando-se de uma compreensão da extensão de forma crítica, como destacado por Rodrigues (1999), ou seja, aquela que possibilita um diálogo com outros setores da sociedade contribuindo como articuladora para a realização de pesquisas e para o desenvolvimento do ensino. As falas desses professores evidenciam um compartilhamento de saberes entre universidade e comunidade.

Para o professor C “extensão é algo que eu construo aqui, mas não só no sentido de levar, mas como um compartilhamento de conhecimento. [Nesse sentido,]

compartilhar o que se faz, modifica também como se faz”. O professor F acrescenta que essas “atividades [...] tem uma inserção maior na comunidade/sociedade e permitem que o estudante universitário tenha uma experiência tanto no ponto de vista profissional quanto de uma experiência mais importante, percebendo que é capaz de mudar um contexto”. Essas visões evidenciam uma visão de universidade aberta para aprender com o outro e desse modo contribui para a produção de conhecimentos que podem modificar aspectos de outros setores da sociedade, mas que também se reconstrói a partir do diálogo com compartilhamento de saberes.

Como é possível perceber a extensão não tem uma compreensão única por parte dos professores que desenvolvem os projetos aqui analisados, suas percepções sobre extensão universitária relacionam-se a suas experiências com essa prática. Dificilmente encontrar-se-ia experiências iguais, há uma série de fatores que as diferenciam, mesmo ações que envolvem, por exemplo, o ensino de física para alunos do ensino fundamental, realizados por um mesmo professor coordenador do projeto, diferenciam-se quando desenvolvidas em escolas diferentes. Essa multiplicidade de caminhos para a extensão implica em diferentes concepções de práticas sobre como ela pode ser, e sobre como ela deve ser desenvolvida. Para compreender como as diferentes concepções, e práticas de extensão, podem privilegiar a produção de saberes pedagógicos nos interessou interrogar como esses professores, coordenadores de projetos de extensão, entendem a relação dessa ação com suas demais atividades profissionais.

As ações extensionistas nas suas atividades profissionais

O professor C, por exemplo, ao ser questionado sobre as relações de suas práticas de extensão com suas demais ações profissionais, considera que “sua docência de tempo integral, pressupõe fazer atividades extensionistas” e reforça lembrando que seu “contrato de trabalho prevê isso, embora não seja clara a forma como isso ocorra”. É possível intuir com essa fala que se espera, da própria instituição, uma definição objetiva do que venha a ser a extensão. Entendemos com Oliveira (2010) haver uma estrutura departamental favorecendo ações individuais e, talvez, por conta disso, esse profissional realiza a prática extensionista, mas não faz uma correlação entre ela e as demais ações de ensino e de pesquisa. A fala do professor C sugere a necessidade de um entendimento da universidade sobre o que é extensão, tal definição poderia apontar caminhos que contribuíssem com a valorização de atividades extensionistas para a carreira docente.

Para os professores D e E a ação extensionista é indissociável ao ensino e à pesquisa. O professor D utiliza o termo entrelaçamento para reforçar a ideia de que em seu trabalho é difícil diferenciar o que seria ensino, pesquisa ou extensão, ele considera “que se o extensionismo é pensar o quanto minhas ações com os alunos estão tocando de alguma forma o que se faz na escola, eu acho que estamos fazendo (a articulação)”. A indissociabilidade entre as três ações acadêmicas também aparece na fala do professor E: “muitas vezes fica difícil delimitarmos as fronteiras entre o que é a atividade profissional na universidade, ensino, pesquisa e as ações extensionistas”.

A partir da fala dos professores D e E podemos considerar que a extensão deixa de ser algo distante e passa a integrar a prática profissional dos professores, fazendo articulações com o ensino e com a pesquisa. Nessa relação ela se distancia de uma concepção assistencialista buscando um diálogo com a comunidade e caminhos que viabilizem uma maior integração entre universidade e outros setores da sociedade. Pois, como afirma o professor D, a extensão “não tem a ver com o atendimento compensatório, o que faltou para a sociedade a extensão vai cumprir. Não é assim. É sempre em um desafio com a questão dos saberes, com o conhecimento”. E, por saberes, levam-se em conta outros conhecimento para além dos da academia. Concordando com Mazzilli (1996) a indissociabilidade das práticas universitárias, e a aproximação com a comunidade externa, pode contribuir com a produção de conhecimento científico, tecnológico, social e cultural.

Refletir sobre indissociabilidade implicou em questionar sobre como os professores percebiam o exercício da extensão em suas práticas pedagógicas, isso auxilia a compreender como os projetos desenvolvidos contribuem na ação desses professores. Em geral todos os professores refletem sobre a prática pedagógica a partir das atividades extensionistas que realizam, pensando em métodos alternativos para ensinar os conteúdos que lecionam. Por exemplo, o professor A, diz “quando vou para a aula, procuro levar minhas observações para a sala tentando superá-las” e o professor E complementa “quando falamos dos saberes que o sujeito tem desenvolvido, sendo em sala de aula, ou em projeto de extensão, isso fomenta a reflexão. Esse exercício dá uma consistência para a prática pedagógica”. Todos os professores entrevistados parecem concordar que o desenvolvimento de ações extensionistas colabora para refletir sobre alternativas pedagógicas, que são fortemente influenciadas pelo contato com as pessoas atendidas em seus projetos. E esse entendimento foi explicitado pelo professor D: “meus alunos do projeto de extensão aprendem junto com as professoras e com as

crianças da escola. O meu trabalho na universidade está vinculado de fato com a escola. A extensão dá vida ao nosso trabalho na universidade”. Parece que entre esses professores há uma satisfação em suas vidas acadêmicas marcadas em suas relações tanto com os estudantes em sala de aula quanto em situações com os alunos e a comunidade externa no desenvolvimento do projeto de extensão.

Realizar atividades nesse sentido contribui com um aprimoramento de práticas profissionais, pois os professores se aproximam de realidades diferentes daquelas que são encontradas dentro dos muros da universidade. Por exemplo, o professor D tem o hábito de ouvir as sugestões dos professores e da orientadora pedagógica da escola, em que realiza um projeto de extensão, refletindo sobre as mesmas e levando-as para serem refletidas com seus alunos na graduação. Isso mostra uma abertura para ouvir o outro, levando em conta suas contribuições para repensar em outras formas de abordagem, por exemplo, de determinado conteúdo.

Os professores entendem, por exemplo, que ao pensar outras práticas para ensinar alunos do ensino fundamental também aprimoram suas ações formativas e seu trabalho docente. Como afirma o professor E, “esse exercício [reflexão sobre a prática] dá consistência para a prática pedagógica”.

Embora o desenvolvimento de ações extensionistas possa favorecer o diálogo com a comunidade e a produção de conhecimento, é importante destacar dificuldades enfrentadas para a realização dessa prática profissional do professor universitário. Com o intuito de elencar possíveis entraves enfrentados no desenvolvimento de ações extensionistas questionou-se aos professores quais os desafios vivenciados na realização dessa prática.

O professor B destaca a desvalorização da extensão que não é vista como uma atividade fim da universidade e tem pouca pontuação para o currículo dos professores, segundo ele falta “reconhecimento da própria universidade, pois estou aqui há trinta anos e só agora meu projeto tem sido valorizado”. O professor F destaca como a maior dificuldade enfrentada por ele “é conseguir separar uma parte do meu tempo, e energia, para dedicar a essas atividades, além da pressão do programa de pós-graduação e agências de pesquisa que estou credenciado”.

Em suma, os principais problemas enfrentados pelos docentes entrevistados foram: i) falta de recursos; ii) falta de motivação dos alunos; iii) pouco apoio para a locomoção dos alunos e professores envolvidos nos projetos extensionistas; iv) desvalorização de projetos de extensão pela universidade; v) pouco tempo para realizar

práticas extensionistas frente ao produtivismo acadêmico; excesso de burocracias impostas pela universidade.

Dentre as dificuldades acrescenta-se que a pouca valorização da extensão implica em menor contribuição institucional para o desenvolvimento da extensão. Por exemplo, os professores apontam que os recursos destinados à extensão ainda são muito menores do que os destinados à pesquisa e ao ensino. Sendo assim, a realização de projetos de extensão depende de outros interesses dos professores porque, não raro, a pesquisa é mais prestigiada pela academia e acadêmicos.

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas os professores, sujeitos dessa pesquisa, recomendam a realização da extensão porque a realização dessa prática ajuda a fomentar discussões sobre a própria ação extensionista. E que seu desenvolvimento leve em conta a demanda da sociedade e uma abertura de diálogo com a mesma.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho teve a intenção de refletir acerca do papel da extensão universitária na dinâmica formativa da ação do professor universitário. Nesse contexto, ao entrevistar os professores buscou-se compreender como compreendem a ação extensionista, como a relacionam em suas demais atividades profissionais, como o desenvolvimento de uma ação extensionista contribui para a reflexão e (re)elaboração de práticas pedagógicas, quais as dificuldades enfrentadas pelos mesmos para a realização de seus projetos e porque consideram importante o desenvolvimento de ações de extensão.

Por meio desse estudo pode-se perceber que os professores, mesmo realizando práticas extensionistas há anos, ainda possuem dificuldades em implementar ações profissionais indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão.

A maioria dos projetos foi criada no interior das universidades sem a participação da sociedade em sua criação. Alguns desses professores, por exigência institucional e dos órgãos de fomento, criam, ao longo de suas práticas docentes, linhas de pesquisa e, por meio delas, elaboram projetos de extensão onde poderão ensinar o que aprenderam em sua carreira universitária. Entendemos a necessidade de maior diálogo com outros setores da sociedade para produção de novos conhecimentos viabilizando aberturas para a (re)construção da universidade.

Esse estudo nos permite intuir que as práticas extensionistas tem um longo caminho a percorrer no sentido de assumirem uma concepção crítica de extensão como defendida por Rodrigues (1999). Elas precisariam vivenciar a indissociabilidade como sugerido por Cunha (2010) o que poderia favorecer uma função mais democrática da universidade.

Percebemos, por meio das entrevistas realizadas, que a extensão tira quem a realiza de uma zona de conforto, pois trabalhar com um público diferente do usual demanda uma forma de ensinar diferente, o que possibilita a elaboração de outras práticas pedagógicas.

A realização dos projetos extensionistas ainda sofrem muitas barreiras institucionais para se concretizarem como, por exemplo, a falta de bolsas de estudos, falta de reconhecimento, de tempo e de motivação dos alunos, corte de parcerias e excesso de burocracia impostas pela universidade. Essas condições tornam frágil a realização de projetos extensionistas, ou seja, a qualquer momento pode-se interromper uma ação devido à alguma (ou algumas) das dificuldades ora apontadas.

É importante colocar que a distribuição de verbas, ou peso maior da extensão em relação às demais funções da universidade, deve passar por uma reforma estrutural em que extensão, ensino e pesquisa devem ser realizados sem distinção, preferencialmente de forma simultânea. O tripé universitário é uma maneira didática de pensar as funções da universidade, mas, além disso, ele é institucionalizado como prática a ser seguida, ou seja, os professores tem que realizar essas três funções. É urgente que a universidade esteja aberta a mudanças em seu tempo, buscando um diálogo aberto com outros setores da sociedade, considerando outros saberes, refletindo sobre o processo de produção de saberes. Entendemos que a extensão, associada ao ensino e à pesquisa, deva se legitimar como uma prática social, evidenciando a multiplicidade de saberes para a produção de conhecimentos que valorizem essa diversidade.

REFERÊNCIAS

BAZZO, V. L. **Constituição da profissionalidade docente na educação superior: desafios e possibilidades.** Tese de doutorado. Porto Alegre, RS. FAGED/UFRGS, 2007.

CUNHA, M. I. **Trajetórias e lugares de formação da docência universitária:** da perspectiva individual ao espaço institucional. Araraquara, SP. Junqueira & Marin, Brasília, DF, Capes: CNPq, 2010.

CUNHA, M. I. **Inovações pedagógicas:** o desafio da reconfiguração de saberes na docência universitária In: PIMENTAL, S. G.; ALMEIDA, M. I. Pedagogia Universitária. São Paulo. EDUSP, 2009.

JEZINE, E. **As práticas curriculares e a extensão universitária.** Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte, 12 a 15 de setembro de 2004.

MAZZILLI, S. **Ensino, Pesquisa e Extensão:** uma associação contraditória. Tese de doutorado em Fundamentos da Educação. UFSCAR, São Carlos, São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, C. B. **Ensino, Pesquisa e Extensão:** indissociáveis ou não? Revista Digital EFDEPORTES, Buenos Aires, 2010.

RAYS, O. A. **Ensino-Pesquisa-Extensão:** notas para pensar a indissociabilidade. Caderno Educação Especial. UFMS, 2003.

RODRIGUES, M. M. **Universidade, Extensão e Mudanças Sociais.** Revista em Extensão, Uberlândia, 1999.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo, Cortez Editora, 2010.

VALÊNCIO, N. F. L. S. **A indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão:** verdades e mentiras sobre o pensar e o fazer da universidade pública no Brasil. Rio de Janeiro, 2005.